****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,106, Ano 67 terça-feira**

**07 de Junho de 2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**SECRETARIAS**

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**PORTARIA Nº 039/SMDHC/2022**

SONIA FRANCINE GASPAR MARMO, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a realização da Eleição do Conselho

Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa

COMPLIR, de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores constantes no Anexo I, para participarem nos trabalhos de eleição do Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - COMPLIR, em 05/06/2022, das 10 às 13 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, localizado na Rua Líbero Badaró, 119 – Térreo – Centro – São Paulo.

Art. 2º Aos servidores que efetivamente trabalharem, ?

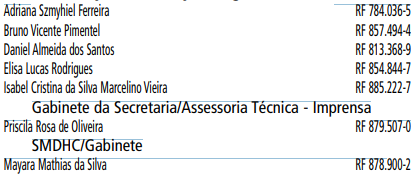
Concedidos 2(dois) dias de descanso como compensação para cada dia trabalhado, os quais serão usufruídos, de comum acordo com a respectiva , até o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 3º O não atendimento à convocação de que trata este decreto sujeitará às penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo - Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

ANEXO I

Coordenação de Promoção da Igualdade Racial



**PORTARIA Nº 040/SMDHC/2022**

SONIA FRANCINE GASPAR MARMO, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a Lei 17.252 de 26 de dezembro de 2019 que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Inter setorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e prevê que os representantes da composição do Comitê Pop Rua serão definidos por meio de processo seletivo público para um mandato de 02 (dois) anos.

CONSIDERANDO o Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013, que institui o Comitê Inter setorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê Pop Rua - integrado paritariamente por representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil e de órgãos públicos.

CONSIDERANDO o Edital nº 005/SMDHC/2021, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 04 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o processo de eleição dos membros da sociedade civil do Comitê Inter setorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê Pop Rua, que culminou em um processo amplamente participativo e democrático.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 15.946 de 23 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal 56.021, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres na composição dos conselhos de controle social do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para compor o Comitê Pop Rua, os seguintes representantes do Poder Público Municipal:

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania -

SMDHC

Titular - Maria Luiza Burgareli Laia Gama - RF: 881.458-9

Suplente - Luiza Rabinovici Trotta - RF: 858.197-5

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social - SMADS

Titular - Isabel Figueiredo Pereira de Souza - RF: 889.200-8

Suplente - Maria Lisabete Santiago - RF: 811.682-2

Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB

Titular - Guilherme Dittrichi Neves Nogueira - RF: 843.932-0

Suplente - Débora Regina de Almeida Fujita - RF: 826.672-7

Secretaria Municipal de Educação - SME

Titular - Márcia Helena Matsushita - RF: 578.045-4

Suplente - Cleuber Gonçalves RF - 723.466-0

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Titular - Maria Luiza Franco Garcia - RF: 783.877.8

Suplente - Fabiana da Silva Pires - RF 794.576.1

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e**

**Trabalho - SMDET**

Titular - Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - RF: 803.781.7

Suplente - Edilene Magalhães da Silva - RF: 779.364.2

Secretaria Municipal de Subprefeituras - SMSUB

Titular - Humberto Gomes do Carmo - RF 881.111-3

Suplente - Erasmo Magalhães - RF 883.171-7

Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU

Titular - Adriano de Araújo Nicolau – RF 648.57.6

Suplente - Jonas Alberto de Assis – RF 648.553.7

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras -

SIURB

Titular: Karla Jane Mendes Sinfronio – RF 889.235-1

Suplente: Ségio Ferreira Lima – RF 889.235-1

Parágrafo único - Os servidores municipais ora designados

desempenharão suas atividades sem prejuízo de suas funções

normais.

Art. 2º. Nomear, para compor o Comitê Pop Rua, os seguintes representantes da sociedade civil, segmento população em situação de rua eleitos de acordo com o processo eleitoral realizado no dia 02 de abril de 2022 do Comitê Inter setorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua:

I - Titulares:

1. Roseli Kraemer Esquillaro, RG: 12.199.903-8

2. Simone Kelly da Silva, RG: 37.008.782-3

3. Benedito José de Deus, RG: 14.330.378-8

4. Ricardo Azevedo Barbosa, RG: 40.397.634-0

5. Claumay Lima do Nascimento, RG: 58.884.865-7

II - Suplentes:

1. Jeferson Silva Oliveira, RG: 44.149.435-3

2. Alexandre Claudio de Castro Nazaro Vicente, RG:

44.927.223-0

3. José Franco Albessu da Silva, RG: 15.901.933-3

4. Átila Robson Pinheiro, RG: 15.539.796-5

5. Lindalva Ferreira de Souza, RG: 29.678.379-1

Art. 3º. Nomear, para compor o Comitê Pop Rua, os seguintes representantes da sociedade civil, segmento organizações sociais eleitas de acordo com o processo eleitoral realizado no dia 08 de fevereiro de 2020 do Comitê Inter setorial da Política

Municipal para a População em Situação de Rua:

I - Titulares:

1. Associação Rede Rua - Alderon Pereira da Costa, CPF:

239.954.671-72

2. Associação Franciscana de Solidariedade (SEFRAS) - Priscila Pereira Ramos da Silva, RG: 41.898.470-0

3. Movimento Nacional da População em Situação de Rua -

Darcy da Silva Costa, RG 17.970.719-X

4. Paróquia Nossa Senhora Achiropita - Edson Teixeira de

Lima, CPF: 021.196.376-89

II - Suplentes:

1. Movimento Estadual da População em Situação de Rua -

Robson César Correia de Mendonça, RG: 37.648.454-8

2. Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama - Verônica Brito

Sepúlveda Martines, RG: 39.399.055-2

3. É de Lei - Cleiton Conceição Ferreira, RG: 32.478.504-5

4. Movimento Nacional de Lutas em Defesa da População em Situação de Rua - Edvaldo Gonçalves de Souza, RG: 22.543.669-3

Art. 4º. A coordenação do Comitê Pop Rua caberá ao representante titular da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 5º. Qualquer alteração da composição dos membros listados no artigo 1º deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de oficio, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da alteração, contendo nome completo, telefone, e-mail, Registro Funcional e para qual vaga (titular ou suplente) será indicado o novo integrante.

Art. 6º. Qualquer alteração da composição dos membros listados no artigo 2º deverá ser feita seguindo a ordem da classificação das candidaturas e respeitando o Decreto Municipal 56.021, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres na composição dos conselhos de controle social do Município.

Art. 7º. Qualquer alteração da composição dos membros listados no artigo 3º deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de ofício, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da alteração, contendo nome completo, telefone, e-mail, RG do novo integrante.

Art. 8º. Conforme dispõe a Lei 17.252/2019 , o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades;

II - apoiar o Poder Público na elaboração do Plano de Ações previsto no art. 8º desta Lei, com o detalhamento das estratégias e orçamentos para a implementação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua;

III - acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua e a implementação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua e do Plano de Ações;

IV - definir diretrizes para o atendimento da população em situação de rua pelas diferentes políticas municipais;

V - realizar o controle social por meio do monitoramento da movimentação dos recursos financeiros consignados para os programas e políticas para a população em situação de rua;

VI - assegurar a articulação inter setorial dos programas, ações e serviços municipais para atendimento da população em situação de rua;

VII - instituir subcomitê permanente formado, no mínimo, pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, de Assistência e Desenvolvimento Social, das Subprefeituras e da Saúde, para o acompanhamento das ações de zeladoria urbana, com o objetivo de fiscalizar a implementação e o cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei e na legislação complementar;

VIII - receber e encaminhar denúncias de violações de direitos da população em situação de rua;

IX - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

X - organizar, periodicamente, encontros e seminários municipais para avaliar e formular ações para a consolidação da

Política Municipal para a População em Situação de Rua;

XI - nas áreas de maior presença da população em situação de rua, apoiar grupos com o objetivo de articular a rede e implementar territorialmente a Política Municipal para a População em Situação de Rua;

XII - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 9º. Fica revogada a Portaria Nº 013/SMDHC/2021.

Art. 10. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**SERVIDORES PAG. 39**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**QUADRO DE PESSOAL DE NÍVEL MÉDIO E**

**BÁSICO – QMB**

Opções formalizadas nos termos do § 4º do artigo 25 da

Lei nº 17.721/2021:

**FIXAÇÃO DE PROVENTOS NÍVEL MÉDIO E BÁSICO DOS**

**EFETIVOS – APOSENTADOS, PENSIONISTAS OU LEGATÁRIOS, COM GARANTIA DA PARIDADE CONSTITUCIONAL**

Nos termos do § 3º do artigo 28 e dos artigos 43 e 44 da Lei nº 17.721/2021, fixação de proventos ou pensões, aos quais se aplicam a garantia da paridade na carreira de:

**– Assistente de Suporte Operacional:**

****

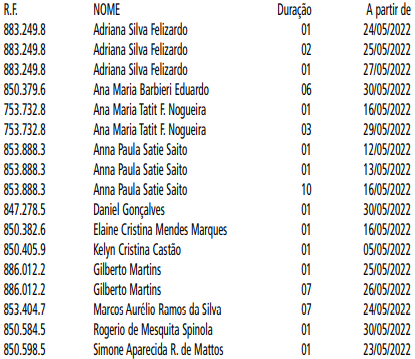
**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**LICENÇA MÉDICA – REGIME RGPS**

Concedida, nos termos da Portaria 507/04 e Comunicado

01/05-DRH/SMG, aos servidores filiados ao regime RGPS:



**EDITAIS PAG. 54 E 55**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

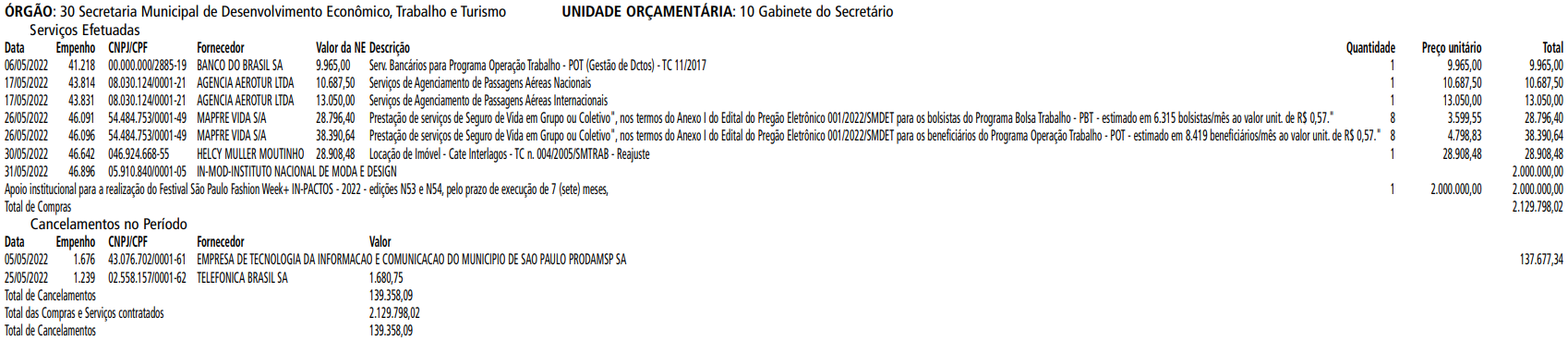
GABINETE DA SECRETÁRIA

**RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS EFETUADOS EM MAIO DE 2022**

**ART.116 DA L.O M.S.P. E ART.16 DA LEI NR. 8.666/93**

**U. O. – 30.10. – SMDET - GABINETE DA SECRETÁRIA**

**MÊS: 05 ANO: 2022**

****

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**COMUNICADO**

**6064.2020/0000694-1**

A Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSAN), com base nas informações prestadas pela coordenação do Programa Municipal Banco de Alimentos – PMBA (doc. SEI 064822240), comunica o balanço mensal das arrecadações e doações realizadas no âmbito do Programa Municipal Banco de Alimentos

– PMBA, de acordo com Art. 11 da Portaria SMDET n. 08, de 17 de junho de 2020 – Referente ao mês de maio de 2022.

No mês de maio foram recebidos 36.960,48 Kg de alimentos e doados 32.365,77 Kg de alimentos para as 68 entidades atendidas no respectivo mês.

Doadores do mês de maio/2022:

Nome do doador

Atacadão Distribuição Comercio E Indústria Ltda.

Programa Combate Ao Desperdício/ COSAN/ SMDET

Cruz Vermelha de São Paulo

Carrefour Comercio E Indústria Ltda.

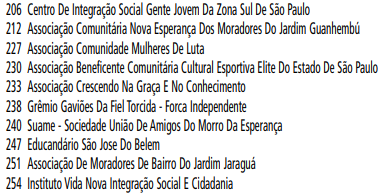
Sonda Supermercados Exportação E Importação S.A.

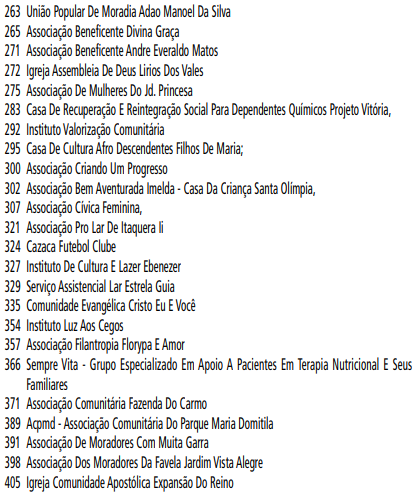
SM Rossi

Outros Doadores Pessoa Física e Anônimos

Entidades atendidas no mês de maio/2022:







**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PORTARIA Nº18 / FUNDAÇÃO PAULISTANA/2022**

Disciplina a opção de jornada e atribuição de turnos, aulas, estágios, prática profissional e Projeto Interdisciplinar em Saúde aos Professores de Ensino Técnico, da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti para o 2º semestre letivo do ano de 2022.

Maria Eugenia Ruiz Gumiel, Diretora Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso das atribuições legais que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16.115, de 9 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO:

- as diretrizes e os princípios estabelecidos nas Leis n° 11.229/92, 11.434/93, 12.396/97 e 14.660/07;

- as diretrizes e bases da educação nacional estabelecidas pela Lei Federal n° 9.394/96;

- a Lei 16.115/2015, que reorganiza a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura;

- a necessidade de se estabelecer, na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, critérios uniformes de classificação dos docentes para escolha/ atribuição de turnos, de turmas/aulas, de estágios e prática profissional;e por fim, o dever e o compromisso da Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura de assegurar o total provimento da regência de classes na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, inclusive pela otimização de recursos humanos docentes.

RESOLVE:

Art. 1º O processo de escolha e atribuição de turnos, turmas, aulas, estágios, prática profissional e Projeto Interdisciplinar em Saúde para o 2º semestre letivo do ano de 2022, aos professores empregados públicos e aos professores contratados por tempo determinado da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, será realizado de forma on-line pela plataforma Google Classroom de acordo com as disposições desta Portaria.Parágrafo único: As aulas atribuídas para o segundo semestre de 2022, serão ministradas presencialmente, podendo ser alteradas conforme determinação do Plano São Paulo.

Art. 2º O processo de opção e atribuição de Jornada de Trabalho se dará:

§ 1º Pela opção de Jornada de Trabalho impreterivelmente até 08/06/2022, esta opção não implicará necessariamente em direito de atribuição;

§ 2º No dia do processo de escolha e atribuição de aula será definida a Jornada de Trabalho para o 2º semestre letivo do ano de 2022;

§ 3º Durante o semestre se o professor, por qualquer motivo, declinar de alguma aula atribuída, terá sua jornada reduzida automaticamente para Jornada Básica;

§ 4º O professor deverá obrigatoriamente optar por no mínimo a uma Jornada Básica de 20 horas semanais.

Art. 3º Para o cumprimento da jornada de trabalho, do professor de ensino técnico, deverá ser atribuída como segue:

I – Jornada Básica – JB: 16 (dezesseis) horas-aula semanais, mais 4 (quatro) horas atividade;

II – Jornada Ampliada – JA: 24 (vinte e quatro) horas-aula semanais, mais 6 (seis) horas atividade;

III – Jornada Integral – JI: 32 (trinta e duas) horas-aula semanais, mais 8 (oito) horas atividades.

§ 1º Excepcionalmente se o professor não completar a Jornada Básica – JB na atribuição de turnos, turmas, aulas, estágios, Prática Profissional e/ou Projeto Interdisciplinar, por circunstâncias alheias à sua vontade, terá garantido a Jornada Básica, devendo cumprir tarefas pertinentes à sua função, em dias e horários acordados com a supervisão da unidade escolar.

§ 2º O professor deverá optar por 4 horas-aula equivalente a um dia letivo por turno fechado.

Art. 4º A hora atividade compõe a jornada de trabalho, será definida no ato da atribuição de aula, com escolha de dia da semana e horário fixo, sendo cumprida presencialmente, não podendo ser alterada no decorrer do semestre, excepcionalmente quando justificado o interesse público.

Art. 5º Para a atribuição de aula o professor empregado público deverá respeitar os limites de:

I - Intervalo para descanso entre o período noturno e matutino de no mínimo 11 horas,

II - Intervalo de refeição estabelecido legalmente.

Parágrafo único: Estes intervalos deverão ser respeitados mesmo em período de aula não presencial.

Art. 6º A classificação para a escolha e a atribuição de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, obedecerá ao critério de antiguidade, observada a ordem de classificação obtida na contagem de tempo de efetivo exercício de serviço na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti.

§ 1º Para fins do disposto no “caput” deste artigo, serão atribuídos 02 (dois) pontos por mês de efetivo exercício na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, e mais 01 (um) ponto por mês de efetivo exercício no curso pelo qual está optando para a atribuição, considerando-se as seguintes regras:

I – a contagem de tempo abrangerá o período compreendido entre a data de início de exercício até o dia 30/04/2022;

II – a apuração será feita em dias, que serão convertidos em meses, de 30 (trinta) dias cada um;

III – corresponde a um mês cada 30 (trinta) dias ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, após conversão do tempo total apurado e já efetuados os decréscimos.

§ 2º Considera-se tempo de efetivo exercício o tempo de exercício real do emprego público, considerados para esse efeito:

I – Licenças: nojo, gala, por acidente de trabalho, gestante, maternidade especial, médica para tratamento da própria saúde, adoção e paternidade;

II – afastamentos: por júri e por serviços obrigatórios por lei;

III – ausências por doação de sangue, limitadas a um dia em cada 12 (doze) meses de trabalho;

IV – férias, recessos escolares.

§ 3º É vedada a contagem de períodos correspondentes a licenças, afastamentos e ausências não discriminadas no § 2º deste artigo.

§ 4º Será também considerado como tempo de efetivo exercício, o tempo de exercício sob o regime de contrato por tempo determinado, na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti.

Art. 7º Na hipótese de empate, serão utilizados, pela ordem, os seguintes critérios para desempate:

I – data de início de exercício mais antiga na unidade escolar;

II – classificação obtida em concurso de ingresso;

III – maior idade.

Art. 8º O processo de escolha de atribuição de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, será realizado em 4 (quatro) etapas, na seguinte conformidade:

I – 1ª etapa: escolha e atribuição de aula aos professores ocupantes de empregos públicos por curso optado;

II – 2ª etapa: escolha e atribuição de aula aos professores ocupantes de empregos públicos que não completaram a Jornada Básica, independente do curso, desde que tenha habilitação específica;

III – 3ª etapa: escolha e atribuição de Jornada Excedente

(JEX) aos professores ocupantes de empregos públicos;

IV- 4ª etapa: escolha e atribuição de aula aos professores contratados por tempo determinado, independente do curso, desde que tenha habilitação específica.

Art. 9º A atribuição de Supervisão de Estágio e Prática Profissional, será atrelada a obrigatoriedade de atribuição mínima de regência em sala conforme escolha de jornada, como segue:

I – Jornada Ampliada – JA: 12 (doze) horas aula semanais;

II – Jornada Integral – JI: 20 (vinte) horas aula semanais;

III- Jornada Básica - JB: 8 (oito) horas-aula semanais excepcionalmente para o curso de Gerência em Saúde.

§ 1º Apenas as horas de estágio efetivamente ministradas constarão no apontamento de frequência individual de cada docente;

§ 2º O professor que optar pela atribuição de estágio em qualquer curso e prática profissional, deverá lecionar para todas as turmas supervisionadas;

§ 3º Um docente de cada módulo de cada curso desempenhará a função de supervisor dos estágios e/ou prática profissional relativos àquele módulo, sendo a ele atribuídos, em conjunto, todos os estágios ou prática profissional, e a escolha pela atribuição nestes moldes será feita seguindo a classificação disposta no artigo 6º.

§ 4º Cada turma de estágio ou prática profissional supervisionada pelo docente corresponde a 4 (quatro) horas-aula de trabalho semanal.

§ 5º Excepcionalmente professor contratado por tempo determinado poderá ter em sua atribuição estágios, Prática Profissional atribuídos mesmo em casos onde não atinjam atribuição referente à Jornada Mínima.

§ 6º Não será atribuído supervisão de estágio ou prática profissional ao professor que não entregar na data estipulada as fichas de estágio ou prática profissional, a coordenação pedagógica e/ou não cumprir plantão semanal.

Art.10 Os docentes que tiverem atribuído supervisão de estágio ou prática profissional deverão cumprir plantão semanal na escola para cada turma atribuída, em dia e horário fixos acordados no momento da atribuição de aula o plantão será em horário precedente ou subsequente ao horário de aula de cada turma.

Art. 11º A atribuição de aulas de Projeto Interdisciplinar em

Saúde, seguirá os critérios a seguir:

I – A escolha e atribuição das aulas de Projeto Interdisciplinar em Saúde serão feitas por turmas, seguindo a classificação definitiva do Núcleo Básico, e a cada docente será atribuída uma turma inicial.

§ 1º Cada turma de Projeto Interdisciplinar em Saúde corresponde a 4 (quatro) horas-aula de trabalho semanal atribuídas;

§ 2º Uma vez que todos os docentes tenham participado do processo de escolha e atribuição, caso ainda haja turmas de Projeto Interdisciplinar em Saúde não atribuídas a nenhum docente, a Supervisão Geral iniciará novo processo específico, para oferecer as turmas restantes, seguindo a classificação dos professores do Núcleo Básico disposta no art. 6º. § 3º Deverá o docente cumprir dois plantões semanais para atendimento aos alunos, em horário precedente ou subsequente ao horário de aula, este poderá ser presencial ou online de forma a garantir o atendimento de todos os alunos;

§ 4º Não será atribuído Projeto Interdisciplinar em Saúde ao professor que não tenha atingido a meta, cronograma ou não tenha cumprido plantão semanal.

Art. 12. Concluída as etapas de escolha de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional do empregado público ou se no decorrer do semestre surgirem aulas remanescentes estas serão atribuídas aos professores contratados, seguindo a ordem de classificação apresentada no art. 6º, independente de sua opção de curso, desde que tenham habilitação Profissional específica.

Art. 13. É permitido aos professores que tenham habilitação profissional específica exigida solicitar transferência para outros cursos, até o dia 08/06/2022.

§ 1º A solicitação referida no “caput” deste artigo será analisada pela Coordenação Pedagógica, que a deferirá ou não fundamentadamente, considerando a pertinência da habilitação profissional do solicitante e as necessidades funcionais da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti;

§ 2º Do indeferimento da solicitação referida no “caput” deste artigo caberá recurso ao Supervisor Geral da Unidade Escolar até o dia 09/06/2022;

§ 3º Decididos todos os recursos pela Supervisão Geral, será informado ao solicitante a decisão no dia 10/06/2022.

Art. 14. Para efeitos de contagem de tempo de efetivo exercício e classificação em futuros processos de atribuição de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, os docentes que tiverem aulas atribuídas nos termos do art. 13 terão o respectivo tempo de efetivo exercício contado no curso optado.

Art. 15. Para os professores empregados públicos, para efeito de processamento de escolha e atribuição de turnos, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, seguindo a classificação prevista no art. 6º desta Portaria, serão publicadas na Escola duas listas de classificação, por curso optado, sendo uma prévia e outra definitiva, contendo a pontuação obtida pelos professores em ordem decrescente.

Art. 16. Para os professores contratados por tempo determinado, para efeito de processamento de escolha e atribuição de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, seguindo a classificação prevista no art. 6º desta Portaria, serão publicadas na Escola duas listas de classificação, apartadas das elencadas no art 12, por curso optado, sendo uma prévia e outra definitiva, contendo a pontuação obtida pelos professores em ordem decrescente.

Art. 17. Da classificação prévia, divulgada até o dia 10/06/2022, caberá pedido de revisão dirigido à Supervisão Geral da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, com as justificativas e comprovação documental dos fatos alegados, até as 12 horas do dia 13/06/2022, pela sala de gestão na plataforma Google Classroom da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti.

Parágrafo único: Decididos todos os recursos pela Supervisão Geral, será publicada na sala de gestão na plataforma google classroom da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti a classificação definitiva a partir das 16 horas do dia 13/06/2022.

Art. 18. A Supervisão Geral da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, realizará a atribuição de turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, aos professores ocupantes de empregos públicos e professores contratados por tempo determinado a partir de 14/06/2022.

Art. 19. A Supervisão Geral da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti divulgará na sala de gestão na plataforma google classroom da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, o cronograma do processo de escolha e atribuição turnos, turmas, aulas, Supervisão de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional, as datas de divulgação da lista de classificação prévia, dos resultados dos recursos e da lista de classificação definitiva, bem como do período de convocação para a escolha.

Art. 20. No decorrer do semestre caso haja necessidade de recuperação paralela, poderá ser remunerada as aulas ministradas no projeto de recuperação ao professor devidamente habilitado para o componente curricular, seguindo a ordem de classificação e as etapas de escolha e respeitado o descanso semanal e os intervalos, previsto art. 5 desta Portaria.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora

Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura.

Art. 22. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 20/FPETC/2022**

Dispõe sobre substituição de Férias ;

Maria Eugenia Ruiz Gumiel, Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso de suas atribuições estabelecidas pela portaria 20 de 2020 e Lei n° 16.115 9 de janeiro de2015, e Decreto nº 56.507, 14 de outubro de 2015.

RESOLVE:

1-Designar o servidor Pedro Leon Brito Aguilar Peres, RF:

853.405.5, AAG, QMB4, para no período de 20/06/2022 à 04/07/2022, substituir o servidor Daniel Gonçalves, RF:

847.278.5, Coordenador Técnico, DAS 12, da Coordenação Administrativa, da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti, da Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, tendo em vista férias da titular.

**EXTRATO DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Pregão Eletrônico nº : 20/FPETC/2022

Processo nº : 8110.2022/0000511-0

Objeto : Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio e higienização nas dependências da Escola de Saúde Pública Profº Makiguti, situada a Av. dos Metalúrgicos 1945, Cidade Tiradentes – São Paulo – SP, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos à execução dos serviços conforme Edital

Às 10:03:28 horas do dia 31 de Maio de 2022, reuniram-

-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Diego Antonio Cleto e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Aymée Beatriz

Vicente, Beatriz Lunardelli Zuchelli Lima e Leandro Brandi dos Santos , para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 801085801002022OC00023. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Resultado da Sessão Pública Encerrada sem recurso

ITEM 1 Propostas Descrição : LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL - VOLUME 03 - AGRUPAMENTO DE PRECOS

UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO, LIMPEZA, ASSEIO E

CONSERVACAO PREDIAL - AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO Quantidade / Unidade de Fornecimento : 1 / VIDE EDITAL Menor Valor : 323.941,3300 CNPJ/

CPF - Vencedor : 19338879000104 - E SERVICE SOLUÇÕES EM

SERVIÇOS EIRELI - ME

Propostas Entregues : 37 Desistência de Propostas : 0 Propostas Restantes : 37 Propostas Classificadas : 35 Resultado do

Item : Adjudicado Justificativa : ADJUDICO O ITEM A EMPRESA

GANHADORA E SERVICE SOLUÇÕES EM SERVIÇOS EIRELI - ME,

COM A MELHOR OFERTA DE RS 323.941,3300

A ATA COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NA PLATAFORMA BEC <https://www.bec.sp.gov.br/>

**LICITAÇÕES PAG. 81**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2017/0000101-4**

I – No exercício da competência que me foi confiada pela

Lei Municipal n. 13.164/2001, e à vista dos elementos de convicção contidos no presente, em especial, as manifestações do Gestor do Contrato e da Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira, as quais acolho, com fundamento na Lei Federal n. 8.245/1991, subsidiariamente na Lei Federal n. 8.666/1993, bem como na Lei Municipal n. 13.278/2002, no Decreto Municipal n. 44.279/2003 atualizado, na Portaria n. 389/2017/ SF, na Cláusula Quarta do **Contrato n. 004/2017/SMTE** e no respectivo Termo de Apostilamento, celebrado com a Empresa **OLÍMPIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ n. 21.860.453/0001-68, cujo objeto é a locação do imóvel comercial localizado na Av. Rio Branco, n. 252, Centro,

CEP 01.206.000, São Paulo/SP, no qual estão instaladas as dependências do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – Cate, Unidade Central, **AUTORIZO a CONCESSÃO** DE REAJUSTE DEFINITIVO, com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC-FIPE num percentual de 12,28%, que altera o valor mensal para R$ 50.420,24 (cinquenta mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e quatro centavos), totalizando o valor anual de R$ 605.042,88 (seiscentos e cinco mil e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

II – Dessa feita, em vista das normas e procedimentos fixados pelo decreto municipal n. 61.004/2022, autorizo a emissão da competente nota de empenho no valor de R$ 38.601,01 (trinta e oito mil, seiscentos e um reais e um centavo), onerando a dotação orçamentária n. 30.10.11.122.3024.2100.33903900.00 do presente exercício financeiro, e, à luz do princípio da anualidade financeira, o restante das despesas deverá onerar dotação própria do exercício vindouro, observando, naquilo quecouber, as disposições das leis complementares n. 101/2000 en. 131/2009.

**EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITAMENTO AO**

**CONTRATO 002/2019/SMDET**

**Processo Administrativo: 6064.2018/0002349-4**

**Contrato: 002/2019/SMDET**

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET -CNPJ 04.537.740/0001-12.

Contratada: Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos - DIEESE - CNPJ 60.964.996/0001-87.

Objeto Contratual: Contratação de serviços técnicos para desenvolvimento do Observatório do Trabalho de São Paulo/SP.

Objeto do Aditamento: Alteração do Plano de Trabalho conforme proposta técnica.

Do Preço: A alteração do Plano de Trabalho não acarretará na alteração do valor do contrato.

Dotação orçamentária: 30.10.11.334.3019.2407.33903900.00.

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho SMDET em 06/06/2022; Fausto Augusto Junior, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

- DIEESE em 31/05/2022.

**EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITAMENTO AO**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2022/SMDET**

**Processo Administrativo: 6064.2021/0001735-0**

**Acordo de Cooperação: 001/2022/SMDET**

Contratante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET -CNPJ 04.537.740/0001-12.

Contratada: Instituto Muda Brasil - CNPJ 08.817.519/0001-79.

Objeto Contratual: Realizar programa de iniciação de jovens de baixa renda, para facilitar a entrada no mundo do trabalho formal, por meio da aplicação de cursos e atividades instrucionais na área de tecnologia.

Objeto do Aditamento: Alteração do Plano de Trabalho, sendo, a alteração do início da segunda turma para julho de 2022 e alteração da modalidade híbrida do curso para EAD.

Do Preço: Não há repasse.

Signatários: Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, pela

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho SMDET em 06/06/2022; Guilherme Fonseca Denys Pinheiro

Lima, pelo Instituto Muda Brasil em 03/06/2022.

**SÃO PAULO OBRAS**

GABINETE DO PRESIDENTE

**EXTRATO DO ADITAMENTO Nº 01 PROCESSO**

**SEI 7910.2022/0000133-2**

CONTRATO Nº 020/SPOBRAS/2022

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

ESPECIALIZADA COM FINALIDADE DE READEQUAÇÃO EM 236

ESCOLAS DENTRO NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO – LOTE 20

Contratada: FP PROJETOS EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: Nº 15.009.784/0001-96

Objeto do aditamento: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 4 meses, com novo cronograma

Data:02/06/2022

**EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO SEI Nº**

**7910.2022/0000427-7**

CONTRATO Nº 022/SPOBRAS/2022

Objeto: Elaboração de projeto básico e executivo da nova

Sede da SMDET – Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo

Contratada: L4A ARQUITETURA E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: Nº 66.661.752/000101

Valor:R$94.000,00

Data:24/05/2022

Esta publicação torna sem efeito a publicação de

04/06/2022.

**EXTRATO DO ADITAMENTO Nº 01 PROCESSO**

**SEI 7910.2022/0000131-6**

CONTRATO Nº 018/SPOBRAS/2022

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

ESPECIALIZADA COM FINALIDADE DE READEQUAÇÃO EM 236

ESCOLAS DENTRO NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO – LOTE 18.

Contratada: AN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: Nº 52.191.228/0001-00

Objeto do aditamento: Fica prorrogado o prazo de vigência

contratual por mais 4 meses, com novo cronograma

Data: 25/05/2022

**PROCESSO SEI Nº 7910.2020/0000614-4 - CONCORRÊNCIA Nº 007/2021**

OBJETO: Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia, arquitetura e urbanismo para execução dos levantamentos de campo, serviços geotécnicos, elaboração dos projetos básico e executivo da LIGAÇÃO

VIÁRIA GRAÚNA-GAIVOTAS - CONEXÃO SUL - englobando

os Segmentos 1 com 1,42 km e Segmento 3 com 2,39 km,

na Região Sul da Cidade De São Paulo.

**JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitações, após análise e julgamento dos documentos de habilitação dos licitantes classificados: CONSÓRCIO PROJETISTA SEGMENTOS 1 e 3 (ENCIBRA S.A.

Estudos de Engenharia/ AGM – Projetos de Engenharia Ltda),

CONSÓRCIO LIGAÇÃO GRAUNA - GAIVOTAS (EGIS – Engenharia e Consultoria Ltda/ Arquiteto PEDRO TADDEI e Associados Ltda.) e CONSÓRCIO – TPF-PENTÁGONO/GRAÚNA-GAIVOTAS (TPF Engenharia Civil e Consultoria Ltda/ PENTÁGONO Serviços de Engenharia Civil e Consultoria Ltda, decidiu HABILITAR todos os participantes nos termos do item 18 do Edital, conforme

Ata de Julgamento, Doc. SEI 064846519. A partir da data desta publicação têm início o prazo recursal nos termos do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93. A Ata de julgamento ficará disponível no Processo SEI 7910.2020/0000614-4 que se encontra franqueado para vistas mediante solicitação da chave de acesso através do e-mail [licitacoes@spobras.sp.gov.br](mailto:licitacoes@spobras.sp.gov.br) .

**LICITAÇÃO SPOBRAS Nº 001/2022 PROCESSO**

**SEI Nº 7910.2022/0000170-7**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**

**REFORMA NAS INSTALAÇÕES DOS CEU’s – CENTROS EDU-CACIONAIS UNIFICADOS DIVIDIDOS EM 26 (VINTE E SEIS)**

**LOTES ,** DENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL**

A SP Obras comunica a retificação do item 12.3, alínea “b” do edital, para constar:

b) Prova de possuir Patrimônio Líquido no valor correspondente à 10%(dez por cento) do **valor estimado para cadalote** **que estiver participando** por meio de apresentação doBalanço e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 124**

**Presidente: Milton Leite**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

**SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO -**

**SGP-2**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

**PAUTA DA 144ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 07 DE JUNHO DE 2022, ÀS 15 HORAS**

I - PARTE – EXPEDIENTE

Apresentação de indicações e requerimentos; leitura de correspondência apresentada e de projetos; apresentação, discussão e votação de moções e requerimentos de audiência do Plenário.

PEQUENO EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): LUANA ALVES (PSOL)

GRANDE EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): ELISEU GABRIEL (PSB)

II - PARTE - ORDEM DO DIA:

307 - Discussão e votação únicas do VETO PARCIAL ao PL

445 /2017 , da Vereadora **ALINE CARDOSO** (PSDB)

Dispõe sobre a criação do polo de ecoturismo da Cantareira e dá outras providências. (DOCREC - 128/2018)

REJEIÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA**.**